

A difícil caminhada do Cimi

Antônio Carlos Moura (Projornal)

O encontro de João Paulo II, na noite de 10 de julho último, em Manaus, com diversos líderes indígenas, foi considerado, pelos analistas da visita do papa, como o mais democrático e direto de todos os que ele manteve durante seus 12 dias de permanência no Brasil. Na sacada do palácio episcopal de Manaus, João Paulo II ouviu os discursos de Mário Juruna, Xavante do Mato Grosso, Marçal de Souza, Guarani do Mato Grosso do Sul, e de Lino Miranã, representante das tribos do Amazonas e Roraima. Os três líderes falaram frente a frente ao papa que, em pé, os escutava com uma expressão grave, condizente com as denúncias que os caciques faziam sobre a espoliação de suas terras e a violentação de sua cultura.

Acabara de evitar-se, exatamente, aquela noite, mais uma violência contra a cultura indígena. Dom Miguel Alagna, o conservador bispo salesiano da prelazia de Rio Negro, onde vive o mais numeroso contingente indígena do Amazonas, havia planejado, com o arcebispo de Manaus, um "espetáculo folclórico" para Sua Santidade, com apresentação de danças pelos índios Tukiano e Maku. Os índios dançariam, o papa assistiria, aplaudiria e iria embora, sem se fazer qualquer menção aos graves problemas que afligem essa minoria étnica no Brasil (200 mil índios, hoje, contra os 5 a 6 milhões que existiriam ao tempo da Descoberta).

Roteiro festivo

Reunidos em assembleias, em Brasília e depois em Manaus, cerca de 50 líderes tribais manifestaram sua discordância a essa proposta de "roteiro festivo". Em Brasília, primeira etapa da visita de João Paulo, eles entregaram ao papa um documento que, entre outras interpelações, dizia: "Soubemos que o Senhor, em Manaus, vai ouvir os índios cantar e dançar para o Senhor, mas será que o Senhor não vai ficar triste e até chorar, quando souber que um povo não pode cantar e dançar quando lhe estão roubando as terras, matando seus chefes e obrigando milhares de nossos patrícios a trabalhar em condições de escravos?"

Além do front indígena, a batalha contra a "folclorização" do encontro do papa com os índios se travava também dentro da própria Igreja. Dom José Gomes, bispo de Chapecó, SC, e dom Tomás Balduino, de Goiás, respectivamente presidente e vice do Cimi - Conselho Indigenista Missionário, trabalharam, junto com dom Aldo Mongiano, prelado de Roraima, para que a CNBB alterasse o programa em Manaus. E conseguiram. Salomonicamente, os bispos conservadores também conseguiram que o papa assistisse a uma dança indígena. Mas discretamen-

te, numa sacristia - e não na praça pública como eles planejavam - e depois do encontro no palácio episcopal, com os discursos contundentes dos líderes a um papa surpreso e até alarmado com a gravidade das denúncias.

Os fatos de Manaus são, em ponto pequeno, a imagem do conflito interno na Igreja Missionária que atua com os indígenas, no Brasil. Aliás, as próprias dissensões na pastoral indigenista são reflexo das contradições gerais que se abrigam na pluralista Igreja Católica no Brasil. De um lado, bispos, padres, freiras e agentes de pastoral leigos que se preocupam em pregar um Evangelho encarnado na vida e nos problemas da população; e, de outro, aqueles que insistem em que a Igreja deve pairar acima dessa realidade.

No caso dos missionários em área indígena, a renovação na Igreja tem um nome: Cimi. Fundado em 1972, o Conselho Indigenista Missionário viveu, desde suas origens, todas as tensões decorrentes da resistência de muitas missões em se adaptarem aos novos tempos.

Violência cultural

Um dos pontos de resistência era - e é - a questão dos internatos indígenas. Algumas congregações religiosas, como, por exemplo, a dos salesianos e a dos jesuítas, adquiriram prestígio pelo sistema educacional implantado em seus colégios, espalhados por todo o mundo. A transposição desses colégios para a selva, porém, foi feita sem muita preocupação com a adaptação a uma realidade completamente diferente. Implantaram-se, então, internatos para índios em diversas missões religiosas. As crianças eram arrancadas de suas famílias e de sua cultura, colocadas num uniforme e submetidas a um rígido esquema de aulas, missas, e preleções, onde o primeiro choque era a proibição de se expressarem no idioma nativo. Pior: crianças de diferentes tribos, cada qual com suas características próprias, sofriam uma pasteurização cultural que as reduzia, quando muito, ao "índio genérico" - e, mais frequentemente, ao "marginal", como definiu Florestan Fernandes no estudo sobre Tiago Marques Aipoboreu, o índio Bororo que, há algumas décadas, viveu esse processo - mas não sobreviveu a ele, arrasado psicologicamente e socialmente.

Os jesuítas da Missão Anchieta, no Mato Grosso, tinham um internato em Utiariti, com todos os vícios próprios dessa estrutura educacional. No final da década de 60, um grupo de missionários - Antonio Iasi Júnior, Adalberto Holanda Pereira, Thomaz de Aquino Lisboa e Egidio Schwade - insurgiu-se contra o internato e conseguiu convencer os supe-

riores da Missão a desativar Utiariti, devolvendo as crianças para suas aldeias. Dali por diante, os missionários - padres, freiras e voluntários leigos - é que se deslocariam para junto as diversas tribos, e não o contrário.

Na fundação do Cimi, esse grupo de renovadores jesuítas estava presente, bem como outros missionários dispostos à revisão de seus métodos. Presentes, também, os salesianos, responsáveis por diversos internatos indígenas no Mato Grosso e no Amazonas. Pacientemente, o Cimi começou a trabalhar diretamente junto às bases missionárias, na dura tarefa de "converter" padres e freiras (muito mais dura do que converter qualquer pagão, como dizem eles próprios). Alguns resultados se obtiveram mesmo entre os salesianos, sobretudo no Mato Grosso, que se dispuseram a rever seus métodos de trabalho. Já no Amazonas, onde a prelazia do Rio Negro é um feudo resistente a qualquer proposta de abertura, o saldo favorável foi mínimo.

Tapar o sol

Quando o Cimi, a partir de 1973, começou a fazer o levantamento dos problemas de terra nas áreas indígenas - um trabalho rigorosamente cumprido pelos padres Iasi e Egidio - irromperam os conflitos graves entre a Funai e o organismo missionário. Em 1975, tentando tapar o sol com a peneira, o então presidente do órgão oficial da política indigenista, general Ismarth de Araújo, proibiu os membros do Cimi de ingressarem nas áreas indígenas.

Nos arraiais missionários, essa crise - que perdura até hoje - teve os seus reflexos. Aquelas missões identificadas com a Funai - e muito mais preocupadas com duvidosos projetos de "desenvolvimento comunitário" do que com a sobrevivência cultural dos índios e até com sua sobrevivência física, na medida em que esta depende da garantia das terras - passaram a hostilizar abertamente o Cimi.

Essa guerra estendeu-se até a CNBB. Na assembleia geral da Conferência dos Bispos, em 1977, um dos assuntos centrais era o Conselho Indigenista Missionário. Para diversos bispos da ala conservadora da Igreja, estavam "indo muito longe" as críticas do Cimi ao governo. Como órgão oficioso da CNBB, ele deveria ser disciplinado. Houve bispos que chegaram a propor a extinção pura e simples do Cimi. Outros defenderam a sua vinculação oficial à CNBB, esperando, com isso, amordaçar os missionários, como o padre Antonio Iasi, que mais punham a nu os desmandos da Funai. O resultado final foi muito melhor para o Conselho Indigenista Missionário do que o desejariam o cardeal Vicente Scherer, de Porto Alegre, ou o arcebispo de Diamantina, MG,

dom Geraldo Sigaud, que encabeçaram a "cruzada" anti-Cimi.

Segundo dom Tomás Balduino, então presidente do Cimi, a nova situação, como órgão oficial da CNBB, longe de limitar a atuação dos missionários, "foi um fortalecimento deste serviço aos índios pelo respaldo da CNBB, sem nenhuma quebra de sua caminhada, de suas linhas de ação, sem cassação do seu pessoal engajado. Mais do que isso, a CNBB, assumindo o Cimi, assumiu naturalmente a causa indigenista que, ao invés de ser objeto da aventura heroica de uns poucos missionários, tornou-se a causa da própria Igreja".

A morte e a sorte

Fora da esfera interna da Igreja e sem contar os atritos permanentes e inevitáveis com a Funai, as dificuldades do Cimi, hoje, são, paradoxalmente, razão de seu fortalecimento. No dia a dia de seu trabalho, os missionários - padres, freiras e agentes leigos - têm enfrentado a morte e toda sorte de outros perigos. São os riscos da vida dura na selva, é a ira dos latifundiários e grileiros invasores das áreas indígenas, são as perseguições movidas por todo tipo de explorador dos índios, como, por exemplo, os seringalistas do Acre e do Amazonas, que mantêm em semi-escavidão diversas tribos daquela região. As mortes dos padres Rodolfo Lunkenben, salesiano de Meruri, MT, e João Bosco Penido Burnier, jesuíta da Missão Anchieta, em 1976, sob as balas de fazendeiros invasores, o primeiro, e da polícia, o segundo; e ainda o afogamento do padre Afonso de Caro, em 1977, nas águas do Purus, Amazonas, longe de esmorecerem os missionários, foram poderosos incentivos para o prosseguimento de seu trabalho.

Hoje as ameaças de morte fazem parte do cotidiano dos missionários que atuam em áreas indígenas - como, também, de muitos agentes de pastoral nos meios urbano e rural, praticamente em todos os quadrantes do País. O Cimi, aliás, sabe que já não está só, na defesa do índio. Por toda parte surgem Comissões Pró-Índio, e seções da Anai - Associação Nacional de Apoio ao Índio. E - o mais importante - o próprio Índio se organiza. A partir das assembleias de chefes indígenas incentivadas pelo Cimi - a primeira, em Diamantino, MT, 1974, e as últimas, em Brasília e Manaus, julho de 80 - as lideranças tribais começam a estruturar-se por conta própria. Uma dessas manifestações é a criação da União - União das Nações Indígenas - em abril último. Com sede em Campo Grande, MS, a Unind pode vir a ser a primeira federação indígena no Brasil, à exemplo do que já ocorre em diversos outros países americanos, onde o movimento Índio é forte e organizado.